



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

Praça Governador Valadares, 77 - (32) 3451-1385/1498

CNPJ 17.702.507/0001-90 - CEP 36780-000 - MG

LEI Nº 1.099, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE
ASTOLFO DUTRA A CONCEDER
DIREITO REAL DE USO DE UMA
ÁREA DE TERRENO À EMPRESA
QUE MENCIONA E CONTÉM
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Astolfo Dutra, por seus representantes aprovou, e eu em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Astolfo Dutra autorizado a conceder direito real de uso à empresa **VSA LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA. - ME**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 11.110.001/0001-05, com sede na Rua Liberato Antônio da Cunha, 156, fundos, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Município de Astolfo Dutra, uma área de terreno de sua propriedade, com área de 2.297,00 m² (dois mil, duzentos e noventa e sete metros quadrados), com as seguintes confrontações: **50,00m** (cinquenta metros) de extensão pela frente confrontando com a rua existente; **67,00m** (sessenta e sete metros) de extensão pelo lado direito confrontando com a rua existente; **23,00m** (vinte e três metros) pelos fundos divisando com terrenos da Usina Paraíso quando forma um ângulo de 90º (noventa graus) seguindo em frente por uma extensão de **39,00m** (trinta e nove metros) em linha reta, novamente formando um ângulo de 90º (noventa graus) em direção ao lado esquerdo do terreno, confrontando pelos fundos por mais **27,00m** (vinte e sete metros), também com terreno da Usina Paraíso; e finalmente **28,00m** (vinte e oito metros) de extensão da frente aos fundos pelo lado esquerdo confrontando com gleba doada para a Associação Comunitária REVI - Reciclando a Vida, tudo conforme transcrito no memorial descritivo e planta de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

Praça Governador Valadares, 77 - (32) 3451-1385/1498

CNPJ 17.702.507/0001-90 - CEP 36780-000 - MG

localização que passam a fazer parte integrante da presente Lei, independentemente de transcrição.

Parágrafo único - Destina o imóvel ora concedido à instalação da empresa **CONCESSIONÁRIA**, cuja atividade é a locação de máquinas e equipamentos para a construção sem operador, transporte rodoviário de cargas e aluguel de andaimes, conforme descrito em seu Contrato Social.

Art. 2º - A partir da data da publicação desta Lei, se a **CONCESSIONÁRIA** ou seus sucessores não cumprirem os prazos e condições descritas neste artigo, a referida concessão caducará e o imóvel constituído do terreno (nua propriedade) reverterá automaticamente ao Município **CONCEDENTE**:

I - não iniciar dentro de 120 (cento e vinte) dias as obras de construção civil;

II - caso a empresa **CONCESSIONÁRIA** apresentar inexplicável diminuição do seu quadro de funcionários, demonstrando aspectos pré-falimentares;

III - caso a empresa **CONCESSIONÁRIA**, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno concedido, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da empresa **CONCESSIONÁRIA**;

IV - não cercar o terreno num prazo de 60 (sessenta) dias a partir da promulgação desta Lei.

Parágrafo único - Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser renegociados desde que a empresa **CONCESSIONÁRIA** apresente ao Órgão Executivo, relatório demonstrativo de obrigações concretizadas e justificadas, das que estão em andamento e das que estão por realizar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

Praça Governador Valadares, 77 - (32) 3451-1385/1498

CNPJ 17.702.507/0001-90 - CEP 36780-000 - MG

Art. 3º - Decorrido o prazo estabelecido no art. 7º. desta Lei, será permitido que a empresa **CONCESSIONÁRIA** venha a oferecer o imóvel concedido em garantia de hipoteca ou penhor legal em Bancos ou Entidades Financeiras oficiais, desde que os recursos de empréstimos/financiamentos sejam destinados a investimentos fixos e capital de giro que visem a sua expansão, modernização e ou re-localização no Distrito Industrial do Município.

Art. 4º - Em caso de falência, insolvência ou comprometimento do patrimônio ou situação financeira, dissolução da sociedade ou ainda se a **CONCESSIONÁRIA** vier apresentar situações pré-falimentares, reverterá ao Município a nua propriedade do imóvel concedido.

Parágrafo único - Caberá a Prefeitura de Astolfo Dutra a preferência de aquisição, até mesmo em Hasta Pública, sobre as construções e benfeitorias que a **CONCESSIONÁRIA** falida estiver edificado, a título de expansão do imóvel, após a data de publicação desta Lei, tomando por base para tal aquisição o valor venal do imóvel que serve de cálculo para a cobrança do IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, que incide sobre o imóvel ou pelo valor venal arbitrado por perito judicial designado pelo Juiz Competente.

Art. 5º - Em caso de retomada do imóvel pelo Município, através de ação competente em consequência da degeneração dos objetos da presente concessão por parte da **CONCESSIONÁRIA**, reverterá sem qualquer ônus ou indenização à Prefeitura de Astolfo Dutra a nua propriedade.

Art. 6º - Em caso de sucessão ou transferência de posse direta ou indireta do imóvel ora concedido à **CONCESSIONÁRIA**, o adquirente deverá comunicar a Prefeitura de Astolfo Dutra, informando no que consiste na



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

Praça Governador Valadares, 77 - (32) 3451-1385/1498

CNPJ 17.702.507/0001-90 - CEP 36780-000 - MG

exploração das atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviços do adquirente.

Art. 7º - É assegurada à **CONCESSIONÁRIA**, após 02 (dois) anos da sanção da presente Lei, a efetivação da transferência definitiva da posse, do uso, da propriedade, do domínio, e do gozo da área concedida, bem como de todas as benfeitorias e construções existentes, desde que neste período, não venha a conceder a degeneração dos objetivos e finalidades da presente concessão que consiste na exploração de atividades industriais e comerciais e ou de prestação de serviços.

Art. 8º - Caberá a Prefeitura de Astolfo Dutra garantir o integral cumprimento desta Lei, entregando à **CONCESSIONÁRIA** o imóvel e benfeitorias já existentes totalmente desocupados, livres e desembaraçados.

Art. 9º - Fica sob a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** as despesas decorrentes da lavratura e registro das escrituras de cessão de direito real de uso e da escritura definitiva da propriedade, nas quais deverá constar, obrigatoriamente, os termos do artigo 2º. Desta Lei.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 1005, de 13 de dezembro de 2005.

Dado e passado no Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Astolfo Dutra, aos 06 (seis) dias do mês de novembro de 2009.


ARCÍLIO VENÂNCIO RIBEIRO
Prefeito de Astolfo Dutra

